

TRABALHADORES RURAIS E SINDICATO: CONFIGURAÇÕES SINDICAIS EM UM UNIVERSO NEOLIBERAL

Luciano Ferreira Rodrigues-Filho
Mestrado em Psicologia Social - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
lu_fr@yahoo.com.br

Resumo

O artigo que leitor está prestes a ler irá abordar questões contemporâneas sobre uma sociedade imersa em um sistema capitalista, com políticas de Estado neoliberais, onde existe a participação mínima do Estado, sendo o social e suas relações mediadas pelas concorrências perversas de um mercado econômico livre de qualquer interferência dos Estados. Estas políticas neoliberais são vertentes das diversas mutações do sistema capitalista que, no Brasil se intensificou no final da década de 80, mas precisamente, com o governo de Fernando Collor. Com o mercado livre de qualquer interferência do Estado, a classe de trabalhadores sofre com a falta de políticas intervencionistas em prol das condições de trabalho, da mesma forma, os sindicatos e suas respectivas classes são enfraquecidos com as políticas neoliberais, deixando assim, de ser um órgão que luta pela dignidade humana do trabalhador para tornar um sindicato-organização. O sindicato-organização acaba tendo seu funcionamento pautado nos moldes organizacionais, tendo como foco os resultados obtidos a fim de sua sobrevivência no mercado - sistema. Para esta análise, foi utilizado o método do materialismo histórico-dialético tendo como ponto de partida as questões ontológicas do ser social, através de uma análise sobre a totalidade do fenômeno abordado. Bem como, para conhecer a estrutura atual e amarrar com as mediações universais, foram realizadas entrevistas com o presidente e com o advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacarezinho - Pr, para compreender o papel dos sindicatos nas atuais condições dos trabalhadores rurais frente ao êxodo rural ocasionado pela mecanização dos canaviais e por novas oportunidades que aparecem nas cidades. Com isto, a monografia pode compreender o complexo fenômeno social com o sistema capitalista, da mesma forma, cominação de um Estado mínimo e de um sindicato sem forças para lutar pelos ideais da classe trabalhadora, sendo o elo mais fraco a própria classe trabalhadora que se vê só nesta jornada em busca de dignidade no trabalho.

Palavras-chave: Sindicato. Estado Neoliberal. Cana de açúcar. Cortador de cana. Materialismo histórico-dialético.

INTRODUÇÃO

Foi com a atuação em um Recursos Humanos de uma usina de açúcar e álcool em Jacarezinho - PR que pôde ser conhecido a atividade dos trabalhadores rurais, conhecidos como cortadores de cana. Fazendo um acompanhamento histórico sobre a atividade percebe-se um fenômeno interessante, o decréscimo do número de trabalhadores atuando no corte de cana, conforme será apresentado mais abaixo. Até aquele momento, a única justificativa era o fato dos canaviais estarem sendo mecanizados, ou seja, aquilo que se escutava e via nos telejornais, revistas do campo, realmente poderia ser uma verdade, a máquina estava retirando o trabalhador rural dos canaviais.

Até que, por necessidade da empresa, precisava contratar uma turma inteira de pessoas para cortar cana e dar fim à meta estabelecida para a safra de 2012. Foi com esta missão que mudou a compreensão do fenômeno, indo de cidade em cidade da região, conversando com agenciadores¹ que se constatou a dificuldade em encontrar pessoas para o corte de cana, neste momento percebeu que a mecanização não tinha muito a responsabilidade de por para fora dos canaviais os cortadores de cana. Foi assim que se buscou compreender o fenômeno da transição ocupacional dos cortadores de cana. Onde estavam os antigos cortadores de cana? Para onde estavam indo? Que condições sócio-econômicas favoreciam esta "migração ocupacional"? Quais as políticas públicas envolvidas? A mecanização tem parcela de culpa?

Foi com estas questões que iniciou o anseio de realizar uma pesquisa tendo como foco compreender as causas das mudanças de ocupação dos trabalhadores rurais, mas com o andamento da pesquisa e, conseqüentemente, com o avanço nas pesquisas bibliográficas que analisavam fenômenos parecidos no Brasil, foi constatado outra realidade, as condições sócio-econômicas do Brasil estava/está em mudança, os trabalhadores podem almejar outras condições de vida. Dentro do círculo de pesquisadores do assunto as discussões ocorriam sobre a ascensão de uma "nova classe média" (NERI, 2010). Por fim, a pesquisa não estava buscando compreender a situação sócio-econômica destes trabalhadores, mas qual o base sócio-histórica que sustentava os ideais desta classe de trabalhadores e, conseqüentemente, a participação do Sindicato dos trabalhadores Rurais nas lutas pelos direitos dos trabalhadores rurais.

Assim, a pesquisa tomou um rumo específico, uma análise da particularidade da principal instituição que faz a mediação entre trabalhador - empresa - Estado, tendo como local de estudo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacarezinho - PR, sabendo que o fenômeno que está prestes a ser descrito neste artigo, não caracterizava de um fenômeno exclusivo de Jacarezinho - PR e região, trata-se de um fenômeno nacional, do enfraquecimento do Estado e sindicatos decorrentes de uma política neoliberal. Por outro lado, percebe-se que frente às políticas econômicas fomentadas desde o fim da ditadura militar, o enfraquecimento do Estado e do sindicato, fez com que surgisse um novo trabalhador no Brasil, com sua subjetividade capturada pelo capital, encontrou brechas para buscar sobreviver a um mercado de concorrência, estes trabalhadores deveriam entrar no sistema não, apenas, com a força de trabalho, mas como consumidores. É neste momento que

¹ Conhecidos como os "gatos". Pessoas que são responsáveis em formar um grupo de trabalhadores.

compreende o erro em dizer de uma "nova classe média", mas sim, de uma "nova classe de trabalhadores" (SINGER, 2012; POCHMANN, 2012; SOUZA, 2009; 2012).

Sabendo o que estava acontecendo com os trabalhadores do corte de cana foi-se necessário pensar em como fazer tal análise, pensar no método que pudesse dar real compreensão do fenômeno, para isto, a pesquisa pauta no materialismo histórico-dialético, tendo como foco principal o determinante do "trabalho", muito bem descrito pelo filósofo húngaro György Lukács (2012; 2013). Com isto, tem-se um método que abarca as considerações históricas e materiais tendo como ponto de partida a ontologia do ser social que não entende, apenas, a singularidade do fenômeno, mas a sua universalidade, sair do estigma do sujeito e partir para a realidade social, como se dá as tramas e manipulações a fim de modificar as noções subjetivas sobre as coisas.

Neste ponto já não interessa o cortador de cana e suas mudanças de função, mas sim, como objetivo da pesquisa, fazer uma análise da atual condição do sindicato dos trabalhadores rurais em prol do trabalhador inserido em um Estado com políticas econômicas neoliberais, sendo que, para isto, seria necessário realizar uma análise histórica dos acontecimentos que fundaram o cenário atual dos sindicatos dentro de um sistema manipulado e mascarado (LUKÁCS, 2012; KOSIK, 2011).

Breve Histórico: sindicato rural no Brasil

A história do sindicalismo no Brasil se inicia no século XIX, mas não com a categoria sindicato, a massa de trabalhadores nesta época se caracterizava pelo trabalho rural, sem condições de manter uma união e políticas trabalhistas. Com a vinda de trabalhadores europeus para os campos agrícolas do Brasil, o movimento sindical começou a ganhar forças, estes trabalhadores trouxeram contigo, além da força de trabalho, um histórico de lutas e reivindicações na Europa, vale lembrar que as lutas de camponeses decapitou um rei durante a Revolução Francesa (1789 - 1815), este mesmo trabalhadores começaram vale lembrar que o Brasil não era um país industrializado².

Com as mudanças econômicas do Brasil, ocasionadas após a abolição da escravatura e da proclamação da república, o país inicia suas atividades manufatureiras nos centros urbanos do litoral, de forma tímida, para estas empresas foram contratados grupos de imigrantes que

² A industrialização no Brasil só aconteceu com maior ímpeto no mandato do presidente Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961, com um programa de desenvolvimento econômico, trazendo empresas automobilísticas, construção de rodovias, hidroelétricas, exportação de minérios, etc.

tinham conhecimento do trabalho com máquinas, importante o leitor compreender que neste período, na Europa, estava sendo tramada uma grande batalha ideológica e doutrinária: positivismo, marxismo, socialismo, entre outras, estas correntes filosóficas, a priori, levantavam discussões sobre a condição humana, como exemplo, a jornada de trabalho, discutida em 1986, durante o Congresso Internacional de Trabalhadores, em Genebra.

Declaramos a limitação da jornada de trabalho uma condição preliminar, sem a qual todas as demais tentativas para a emancipação devem necessariamente fracassar. (...) Propomos 8 horas de trabalho como limite legal da jornada de trabalho (MARX, 1996, p. 413).

No Brasil, em 1902 é fundado o primeiro Partido Socialista Brasileiro, durante a II Congresso Socialista Brasileiro, já que em 1892, durante o 1º Congresso a tentativa falhou, este partido estava vinculado ao Partido Socialista Italiano que, aqui, a direção ficou a cargo do imigrante italiano Alcebiades Bertollotti. Desde tenra idade, é perceptível a comunhão existente entre movimentos sindicais e partidos políticos, talvez seja esta a razão de hoje termos este dois movimentos tão unidos e de difícil compreensão sobre que é um e o que é o outro, a priori, o objetivo da luta sindical, acima de tudo, está o trabalhador. Nas palavras de Gramsci (1977),

Objetivamente, o sindicato é a forma que a mercadoria-trabalho assume e só pode assumir em regime capitalista quando se organiza para dominar o mercado: esta forma é uma secretaria constituída por funcionários, técnicos da organização (quando são técnicos), especialistas (quando o são) na arte de concentrar e guiar as forças operárias, de modo a estabelecer com a potência do capital um equilíbrio vantajoso para a classe operária (GRAMSCI, 1977, p. 161).

Com isto, mesmo sabendo das controvérsias de Gramsci³, se existe um partido ou se existe um sindicato, ambos devem estar em compromisso com a classe operária, para isto, o II Congresso realizado em São Paulo, discutiu modificações sociais e melhorias de condições para os trabalhadores⁴. Em 1906 foi realizado outro congresso desta vez dirigido ao

³ *Em seus escritos, o autor utiliza de textos marxistas para defender a existência do estado por meio de um partido socialista mantido pela classe operária. Isto pode ser um resquício dos textos de Lênin, já que o mesmo diz que Marx defendia o Estado, mas o autor não informou sua fonte, tampouco o autor desta dissertação desconhece a necessidade de um estado defendida por Marx. Cabe salientar que o Manifesto do Partido Comunista (1981), escrito por Marx e Engels foi para "os comunistas que apóiam em toda parte qualquer movimento revolucionário contra o estado de coisas e político existente" (p. 65), sendo assim, seria controverso e necessidade de um estado em lugar de outro.*

⁴ *Dentre elas, pela legislação de 1907, ficou concedida a liberdade de associação, ou seja, a permissão de fundar sindicatos e grupos de trabalhadores, principalmente em São Paulo onde concentrava o maior número de imigrantes e indústrias.*

operariado, com 32 delegados o I Congresso Operário Brasileiro discutiu as bases da Confederação Operária Brasileira (COB). Neste congresso, a importância da participação de duas correntes da época ditava o tom das ações sindicais no país, primeira, a Anarco-sindicalismo que negava a necessidade de um partido político, sendo que a luta deveria ser dentro das fábricas e, a segunda, com os socialistas pretendendo maiores participações parlamentares, com a defesa de um partido dos trabalhadores (Organização Partidária dos Trabalhadores - OPT).

Depois disto, em 1913 e 1920, ocorreram o II e o III COB sem grande sucesso, neste período já tinha o interesse do governo de tomar rédeas do movimento sindical.

Em 1917, ocorreu uma série de industrialização no país, intensificado com os movimentos operários fora do Brasil, exemplo a Revolução Russa, no Brasil surtiram muitas agitações operárias, com surgimento de grupos e partidos políticos, entre eles o Partido Comunista Anarquista, fundado em 1918 e em 1921 o grupo comunista filiado a Terceira Internacional. Com estes dois grupos, o ideal era o fortalecimento da corrente sindical em prol do operariado, mas ocorreu o contrário, as lutas entre ambos os grupos, cada um buscando o seu interesse e o seu predomínio acabou enfraquecendo a luta em prol do trabalhador. Assim, perdendo seu caráter revolucionário, entram pela via política para conseguirem aplicar sua tendência ideológica, neste ponto o sindicato perde sua razão inicial revolucionária para se aliar as correntes políticas que, muitas vezes, acaba por esquecer o próprio trabalhador.

Em 1930, com a tomada do governo, Getúlio Vargas (Aliança Liberal) torna presidente provisório, já que a vitória da eleição foi concedida a Júlio Prestes, mas, o mesmo, não assumiu por uma série de denúncias de fraude. Em seu governo foi criado o Ministério do Trabalho, regulamentou em decreto de 1931 a sindicalização das "classes patronais e operárias". Além de promulgar a segunda lei sindical, que reconhecia apenas um sindicato por profissão, estes sindicatos eram órgãos cooperados do governo, e o mesmo os utilizavam para seus devidos interesses, é nesta época que se dá o chamado sindicato "pelego", que acatou as leis estabelecidas pelo governo, como exemplo, a eliminação do direito de greve, marca principal do movimento operário. O direito a greve, só foi estabelecido por lei em 1988 pela Constituição Federal, em seu artigo 9º é "assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender" (BRASIL, 1988). Como mostra de um sindicato "pelego", outra medida foi o "imposto sindical", pelo qual todo trabalhador, sindicalizado ou não, contribui obrigatoriamente com um dia de salário por ano para uma entidade sindical de sua categoria profissional. Neste mesmo período, o governo de Getúlio Vargas cria em 1943 a

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), designada apenas para os trabalhadores operários e não para os trabalhadores rurais, sua inclusão só iria ocorrer em 1973 pela Lei n.º 5.889. Da mesma forma, a CLT que deveria corrigir um problema, contribuiu para o surgimento do sindicato-corporativo, que iria mediar relações entre trabalhador - empresa através das legislações trabalhistas.

Na verdade, a implicação contratual descentralizada, por empresa, tende a debilitar a capacidade de resistência de classe e limitar a ação sindical a um campo econômico-corporativo. Diante da voracidade da reestruturação capitalista, o fato tende a tornar-se lei. O positivismo jurídico toma de assalto o Direito do Trabalho. A “velha” CLT tende a tornar-se um anacronismo jurídico. A lógica jurídica, subsumindo-se meramente à lógica do capital, tende a abolir a própria base ontológica do Direito do Trabalho, que se interverte em Direito Civil (VIANA, 1999 apud ALVES, 2000, p. 91).

Depois de 1945, com a intensificação sindical dentro do governo, os trabalhadores iniciaram sua politização voltada para outras áreas do governo, como nas reivindicações de reforma agrária. Com a morte de Getúlio Vargas em 54, assume o poder Juscelino Kubitschek, com o intuito de industrializar o país, para isto trás as empresas automobilísticas, intensifica projetos de infraestrutura para o norte e nordeste, cria rodovias, portos, cria a Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste (SUDENE), entre outras modificações. No tocante trabalhista, o movimento se expandiu de forma gigantesca, com estas novas indústrias, realizando, assim, inúmeras greves que geraram o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e o Pacto de Unidade e Ação (PUA).

Em 1955, no campo foi criado a 1ª Liga Camponesa, deste movimento surgiram os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, tendo como foco principal a reforma agrária. Com o golpe militar, em 64, todas as alas sindicais sofreram retaliações, tornando os sindicatos a órgãos assistenciais e suprimiu o CGT e o PUA, além de intervir no direito a greve e de substituir a estabilidade no emprego pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Em 1968, ocorreram duas greves de grande participação, um em Osasco e outra em Contagem, contra o arrocho salarial, ambas sofreram interferência do estado como eram movimentos ilegais. Durante a década de 70, o movimento sindical foi intenso, tendo a participação da igreja que reuniões e greves estavam sendo banidas pelo estado, reuniões eram feitas pelas madrugadas no fundo das igrejas (POGIBIN, 2009).

Com a crise do Petróleo em 1973, foi o estopim para a crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011a; 2011b), com isto, um novo modelo econômico é estabelecido, o de acumulação flexível. Tendo a globalização e abertura do mercado para os países recém

industrializados, dentre eles o Brasil. Esta mudança acabou por afetar o mundo do trabalho ocasionando as "mutações do trabalho" (ANTUNES, 1999; RODRIGUES-FILHO, 2011; BORGES, 2005).

Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das "células de produção", dos "times de trabalho", dos grupos "semi-autônomos", além de requerer, ao menos no plano discursivo, o "envolvimento participativo" dos trabalhadores, em verdade uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado (ANTUNES, 1999, p. 54).

No final da década ocorre uma série de greves que marcaram a participação trabalhista no Brasil. Em 1978, houve a primeira paralisação, ocorrendo no ABC Paulista com a greve dos funcionários da Scania.

A primeira greve que nós entramos foi em 79, não foi em 78. Em 78 só parou a Scania, ficaram três dias. Em 79 nós ficamos 16 dias parados. Eu morava próximo a Piraporinha e vinha a pé para a Forjaria. E para mim era uma experiência, porque eu nunca tinha visto uma greve, pois eu tinha vindo do interior. Aí eu vi todo mundo andando para a firma, porque a greve foi decretada na madrugada, e eu entrava das duas às dez. Eu vim e estava tudo parado. Ali na Avenida Piraporinha não era duplicado, era mão dupla com uma faixa no centro. E parecia festa. Então eu vim para a firma, e vinha até para trabalhar. Então quando eu cheguei perto da firma o pessoal, os colegas, falaram: "olha, está tudo parado hoje". Eu falei: "nem vou chegar lá". Então fiquei na esquina com o pessoal. Depois nos chamaram para o Sindicato, viemos aqui para o Sindicato e foi feita uma assembléia. Já haviam decretado a greve de manhã cedo. Então ficamos 16 dias parados em 79. Foi a primeira greve que participei. (palavras do sr. Wilson, militante em 79) (POGIBIN, 2009, p. 227)

Foi em 1979 e 1980 que temos a presença da figura marcante de Luís Inácio Lula da Silva, que seria o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, com ele o sindicato se organiza em sua estrutura e com o seu famoso discurso chamando os "companheiros" para fundar o Partido dos Trabalhadores (PT) que contribuiu para que fossem criados sindicatos em várias regiões do Brasil, tornando necessárias a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

Já na década de 80 muitas coisas estavam prestes a mudar, com a liderança do PT o povo saiu às ruas solicitando as "Diretas Já", na qual solicitava o direito a voto popular para e escolha do presidente nas eleições de 84, este direito foi negado, mas Tancredo Neves é eleito para ocupar a presidência do Brasil por escolha do Colégio Eleitoral, no ano de 1985 muitas greves foram realizadas para que fossem reduzidas as jornadas de trabalho, com isto teria mais emprego aos trabalhadores.

Com a morte de Tancredo, assume o governo seu vice José Sarney, com uma crise inflacionária batendo alto e uma dívida externa grande, Sarney contribui para ser promulgada a Constituição de 1988. Com o fim de seu mandato, as eleições de 1989 tinha como candidatos Fernando Collor de Melo, do Partido de Reconstrução Nacional (PRN) e o Lula do PT. Enfim, Collor vence as eleições e dá início a um novo modelo econômico pautado no neoliberalismo (privatizações, restrição às importações, abertura para o mercado externo, etc.).

Neoliberalismo e crise sindical

Com as altas taxas da inflação que estourou durante o mandato do governo de Collor, o então presidente decide criar um novo plano econômico para tentar combater a crise, para isto instaura o Plano Collor, como ficou conhecido que impedia os saques de poupança e de contas-correntes por 18 meses, o projeto deu certo por poucos meses, logo depois voltou o fantasma da inflação, que deu sequência ao Plano Collor II, com os mesmos moldes.

Assolado por denúncias de corrupção, o povo saiu às ruas pedindo *impeachment*, ato que aconteceu por votação em setembro de 1992, e vista pelos metalúrgicos do ABC que realizaram uma greve cívica. Com sua saída, o lugar do presidente foi assumido pelo seu vice, Itamar Franco, com a missão de combater a alta inflação, para isto, nomeia Fernando Henrique Cardoso como Ministro da Fazenda, após várias tentativas de indicação. Em fevereiro de 1993, Itamar Franco assina o protocolo do carro popular que aplica o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sendo de 0,1%, com isto buscou levantar a economia tendo o "Fusca Itamar" como exemplo a ser seguido com o seu motor 1.0 custando menos de R\$ 8 mil (CR\$ 700 mil), é neste período que se dá a "implantação e sustentação" do modelo econômico neoliberal, sendo que, para os países latinos é caracterizado como *modelo econômico neoliberal periférico*, para Filgueiras (2013) é chamado de periférico por ser,

[...] resultado da forma como o projeto neoliberal se configurou, a partir da estrutura econômica anterior do país, e que é diferente das dos demais países da América Latina, embora todos eles tenham em comum o caráter periférico e, portanto, subordinado ao imperialismo. (FILGUEIRAS, 2013, p. 179)

Nada incomum em ser subordinado ao imperialismo (norte-americano), mesmo por que já éramos alvo em outros tempos de uma "americanização do Brasil", década de 70. O sucesso do projeto neoliberal só foi possível após as classes trabalhadoras não conseguirem

"tornar hegemônico seu projeto nacional, democrático e popular"⁵, dando brechas "à unificação das diversas frações do capital em torno do projeto neoliberal - classes dominantes e interessadas (ibidem, 2013), como pode ser visto desde a década de 90 até o presente momento, o fim das grandes greves lideradas pelo, então, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luis Inácio Lula da Silva.

Com o governo de Fernando Henrique Cardoso, o acordo com as empresas automobilísticas de manter o IPI em 0,1% até dezembro de 1996, conforme o acordo, não se manteve. Em fevereiro de 1995 o IPI subiu para 7%, nem por isso as empresas deixaram de investir no Brasil durante os dois mandatos de FHC, mesmo enfrentando fortes crises, como a quebra dos Tigres Asiáticos. Até o momento o que nos parece convincente é que, em momentos de crises que afetam as grandes economias (Estados Unidos, Europa e Japão), os olhos dos investidores são voltados para os países subdesenvolvidos, como foi em 2008 com o declínio imobiliário nos Estados Unidos, naquele período, os investidores focaram, principalmente, nos países supostamente com potencial, os BRICS⁶. Em 2002, o metalúrgico e militante vence as eleições, Luís Inácio Lula da Silva assume a presidência,

Decidido a evitar o confronto com o capital, Lula adotou política econômica conservadora. Nos dois primeiros meses de 2003, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) aumentou os juros de 25% para 26,5%. De modo a pagar a dívida contraída com essa elevação, o Executivo subiu a meta de superávit primário de 3,75% em 2002, já considerada alta, para 4,25% do PIB (Produto Interno Bruto) e anunciou em fevereiro enorme corte, de 14,3 bilhões de reais, no orçamento público, quase 1% do produto estimado para aquele ano. O poder de compra do salário mínimo foi praticamente congelado em 2003 e 2004. Para completar o pacote, em 30 de abril de 2003 o presidente desceu a rampa do Planalto à frente de extensa comitiva para entregar pessoalmente ao Congresso projeto com reforma conservadora da Previdência Social. Entre outras coisas, a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 40 acabava com a aposentadoria integral dos futuros servidores públicos (SINGER, 2012, p.5).

Já em seu segundo mandato (2006 - 2010) as coisas mudaram, mesmo passando pela crise 2008, discutida mais a frente, Lula tinha o desígnio de acabar com a miséria, a luta entre "direita e esquerda" é substituída por "ricos e pobres", e como mudanças consegue trazer novas empresas para o Brasil mesmo com momentos de crise, mas repetindo, de forma tímida, aproveitando (hipótese) das condições atuais da sociedade brasileira - "nova classe trabalhadora".

⁵ Após "intensa atividade política desenvolvida pelas classes trabalhadoras na década de 1980 – que se expressou, entre outros eventos, na constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) e na realização de cinco greves gerais entre 1983 e 1989" (FILGUEIRAS, 2013, p. 181).

⁶ Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

[...] passados oito anos, o cenário era outro. Em dezembro de 2010 os juros tinham caído para 10,75% ao ano, com taxa real de 4,5%. O superávit primário fora reduzido para 2,8% do PIB e, “descontando efeitos contábeis”, para 1,2%. O salário mínimo, aumentado em 6% acima da inflação naquele ano, totalizava 50% de acréscimo, além dos reajustes inflacionários, entre 2003 e 2010. Cerca de 12 milhões de famílias de baixíssima renda recebiam um auxílio entre 22 e duzentos reais por mês do Programa Bolsa Família (PBF). O crédito havia se expandido de 25% para 45% do PIB, permitindo o aumento do padrão de consumo dos estratos menos favorecidos, em particular mediante o crédito (SINGER, 2012, p. 5).

Por fim, desde a fomentação do neoliberalismo pelos governos pós-ditadura militar no Brasil a classe trabalhadora sofre com as mutações do trabalho (tecnologia, robótica, informação, etc.), o mesmo ocorre com a subjetividade do trabalhador que se torna um colaborador do sistema, na qual coloca no sujeito todo o sucesso e o fracasso que obteve em sua vida, amenizando as responsabilidades da organização, neste tom, a força dos sindicatos, que estavam na corrente firmada entre os trabalhadores e sua classe chega a se corromper, como também o próprio Estado sendo algemado pelo sistema neoliberal, como Octávio Ianni (2000) chama de "Estado mínimo",

[...] o Estado está sendo dissociado da Sociedade; suas relações estão sendo redefinidas; altera-se e rompe-se o metabolismo que se havia desenvolvido entre a Sociedade e o Estado na vigência do projeto de capitalismo nacional. (IANNI, 2000, p. 53).

Nesta vertente, irá se perceber a participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacarezinho - Pr, sobre suas ações em prol do trabalhador do corte de cana a mercê do fim da atividade ocasionada pelo decreto que põe fim a queimada da cana e pela mecanização do canavial.

3.3 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacarezinho

Para esta dissertação foram realizadas duas entrevistas⁷ com os responsáveis pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacarezinho, para que se possa conhecer sua estrutura e seus trabalhos em prol do trabalhador rural do corte de cana frente ao fim de suas atividades decorrentes da mecanização e da eliminação das queimadas. Realizada com o presidente do sindicato, que será identificado no corpo do texto com a sigla P.S. e com o advogado do

⁷ Entrevista realizada no dia 22 de julho de 2013, às 16 horas, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacarezinho.

sindicato (identificado como A.S.). Está dupla está a frente do sindicato desde 1985 (28 anos) sem interrupção, com uma ação municipal, o sindicato conta com 250 sócios, estes possuem direito a voto, a respeito dos trabalhadores rurais, este são conveniados, não possuem direito a voto.

Temos o associado e o conveniado: o associado tem o direito a voto, a ser votado e a votar para fazer parte da diretoria do sindicato. Para sobrevivermos fizemos este convênio, outra modalidade que foi criada para manter a sobrevivência do sindicato, porque é difícil a conscientização para poder sindicalizar o trabalhador, então fazemos convênios com as empresas, os empregados autorizam o convênio, e nos repassam o dinheiro em detrimento (não é certeza esta palavra) médico, odontológico (A.S.).

Uma forma de sobreviver, ou seja, em primeiro plano está a sobrevivência do sindicato, vale lembrar que o discurso de Lula no campo da Vila Euclides, em 1979, foi para estruturar (organizar) o próprio sindicato, neste sentido, o sindicato de Jacarezinho busca sobreviver criando novas formas de intermediar a relação empresa - trabalhador com convênios. Numa busca de sinônimos para convênios temos: alianças, pactos, acordos, contratos, etc. O que antes estava mais por significar lutas, greves, batalhas, prisões, mortes, paralisações, piquetes, protestos. Hoje, para manter a sobrevivência se faz os tais "acordos coletivos".

Atuando desde 1968, o sindicato realiza "*fiscalização das empresas através de convenções coletivas de trabalho e acordo coletivo. Além dos benefícios médicos, odontológicos, exames, jurídico*" (P.S.), ora fiscalização não é acordo, mas o que se tem que destacar neste trabalho é "lacuna do Estado",

Conscientização dos direitos, a fiscalização das condições de trabalho, fornecimento de EPI's pela empresas ou empreiteiros que contratam, isso e tudo mais, o registro em carteira que é uma prioridade, desde 84 pra cá que começamos uma campanha "violenta" em cima disto aí, não temos ninguém trabalhando sem registro e quando temos vamos "em cima". E como o governo deixou uma lacuna em relação ao atendimento médico nós preenchemos esta vaga, como você pode ver temos exames laboratoriais, consultas médicas, odontológica, acabamos realizando este tipo de assistência ao trabalhador rural (A.S.).

Ou seja, pode o leitor pensar que a "lacuna do Estado" faz referência ao mau atendimento dentro dos Postos de Saúde, o péssimo atendimento, etc. pelo contrário, pela sobrevivência se descobre as brechas da atuação, numa destas brechas se encontrou a indisposição de um dever estabelecido pela Lei Federal 4.870 e não cumprida pelas empresas:

Art. 36. Ficam os produtores de cana, açúcar e álcool obrigados a aplicar, em benefício dos trabalhadores industriais e agrícolas das usinas, destilarias e fornecedores, em serviços de assistências médica, hospitalar, farmacêutica e social, importância correspondente no mínimo, às seguintes percentagens

a) de 1% (um por cento) sobre preço oficial de saco de açúcar de 60 (sessenta) quilos, de qualquer tipo, revogado o disposto no art. 8º do Decreto-lei nº 9.827, de 10 de setembro de 1946;

b) de 1% (um por cento) sobre o valor oficial da tonelada de cana entregue, a qualquer título, às usinas, destilarias anexas ou autônomas, pelos fornecedores ou lavradores da referida matéria;

c) de 2% (dois por cento) sobre o valor oficial do litro de álcool de qualquer tipo produzido nas destilarias. (BRASIL, 1965).

Nesta indisposição das empresas em benefício do trabalhador - lacuna organizacional - que o sindicato pode sanar com os acordos do atendimento: *como você pode ver temos exames laboratoriais, consultas médicas, odontológica, acabamos realizando este tipo de assistência ao trabalhador rural (A.S.).*

Pode-se dizer que existe uma crise do sindicalismo no Brasil, cujo principal sintoma político-ideológico é, por um lado, o desenvolvimento do sindicalismo neocorporativista de participação e, por outro lado, a ineficácia estrutural das estratégias sindicais “obreiristas”, de confronto, intrínsecas ao sindicalismo de classe (ALVES, 2000, p. 122).

Sobre a fiscalização, que o "*registro em carteira que é uma prioridade, desde 84 pra cá que começamos uma campanha "violenta" em cima disto aí, **não temos ninguém trabalhando sem registro** e quando temos vamos "em cima" (A.S.), neste ponto é importante para compreendermos o campo de atuação do sindicato, que cabe fiscalizar "o trabalho realizado no município de Jacarezinho, pode ser empresa de fora, mas que vem trabalhar aqui, nos fiscalizamos e autuamos (A.S.), ou seja, quando "eles trazem gente de Cambará ou Andirá para trabalhar aqui, onde nós vamos lá e autuamos eles" (A.S.), resumindo, a atuação é feita nas empresas situadas no município, não importa a procedência do trabalhador (é claro que se for sócio ou conveniado as coisas ficam melhores), mas quando se tem o discurso do "não temos ninguém trabalhando sem registro" o próprio advogado comete um erro, pois temos na região trabalhadores terceirizados trabalhando nas empresas de cana de açúcar sem registro, como é o caso de trabalhadores de Cambará-Pr, com respeito a isto, "*Cambará é complicado, a região é complicada*".*

Quando questionados sobre a Resolução SEMA Nº 076, de 20 de dezembro de 2010, que dispõe sobre eliminação gradativa da despalha da cana de açúcar através da queima controlada e, com isto, estabelecer que até 31 de dezembro de 2025, 100% (cem por cento) do

total da área mecanizável de plantio da cana-de-açúcar não utilize mais a prática da queima e nas áreas não mecanizáveis, a utilização da queima controlada deverá ser eliminada até a data de 31 de dezembro de 2030, desde que exista tecnologia viável, sobre a situação do trabalhador do corte de cana sem o uso desta atividade ou a prática da queima? Esta questão, por parte do presidente, deixa claro a falta de conhecimento ou política de intervenção em prol do trabalhador, simplesmente foi respondida como *"tem muito bicho peçonhento, espero que passe"* (que a resolução não seja aprovada), sua espera como partisse de um milagre, o que hoje se espera que passe, antes se ia para as ruas realizando grandes manifestações e paralisações, neste caso não se trata de uma característica única do sindicato de Jacarezinho, mas é realidade nacional, com o decorrente declínio da força sindicalista pelo sistema econômico neoliberal.

Por parte do advogado, com um discurso muito mais elaborado,

*Pois é, prevendo isto daí já, nós temos uma escola de informática que é para os **filhos dos cortadores de cana** e para os próprios cortadores de cana terem uma visão diferente da realidade que está se adensando. Porque os próprios **filhos dos cortadores de cana** não querem fazer o que os pais faziam, tanto é que há uma dificuldade em contratar cortador de cana, embora o pessoal acha que é a máquina que está expulsando do campo, é o contrário, os **filhos dos cortadores de cana** não querem mais saber de cortar cana, querem saber de outras profissões, por isso nós temos a escola de informática pra ajudar nesta nova profissão. Tanto é que os **filhos dos cortadores de cana** estão se tornando motoristas, mecânico, indo pra outras áreas que não seja o corte de cana, operador de implementos agrícolas, a própria colheitadeira ou outro tipo de trator, ou implemento, ou outro tipo de caminhão. E isto é uma coisa natural, como o próprio trator substituiu as enxadas, o corte de cana será substituído pela máquina, isto é óbvio, é a realidade e não tem como voltar atrás, isto também porque é mais correto, porque é muito desgastante o corte de cana, então é natural isto daí (A.S.), (negrito do autor).*

Neste sentido, se existe algumas medidas quanto ao fim da atividade, nada pode ser feito além de uma escola de informática, medida que está sendo voltada para os filhos dos cortadores de cana, enquanto que, os mais afetados, são os próprios cortadores de cana, revestidos de um poder ideológico, na qual, os coloca na situação de completa responsabilidade por condição de vida e econômica: "Deus ajuda quem trabalha", "o trabalho enobrece o homem", discursos que retira qualquer encargo do Estado e da organização, se quer mudar sua condição de vida deve batalhar, o sindicato pode indicar o caminho, pois se tem uma *"escola de informática"*, a condição humana de sacrifícios, de precariedade, de mortes deve sofrer alterações, *"é natural"* e nada foi e será feito para o trabalhador, apenas para se manter a sobrevivência do sindicato, ou pior, para manter-se na direção do sindicato como acontece desde 1986, ora, é para a sobrevivência de quem?

Ainda sobre o fim da atividade, continua,

Não teremos extinção, porque vai ter a mão de obra rural, vai ter que ter, isto é imperativo, menos, mas vai ter que ter. Porque você pega uma Usina Jacarezinho (hoje Grupo Maringá, mas fica na memória das pessoas de Jacarezinho seu nome antigo), a metade das terras de Jacarezinho pertence à Usina Jacarezinho, tem uma grande quantidade de terras, o relevo é diferente também, tem o plantio mecanizado, mas o manual ainda é o melhor, tem gente ainda no plantio. O corte de cana, embora tenha o mecânico, o manual ainda é melhor, por que é melhor? Porque no manual ela dá sete rebrotas, no mecanizado no máximo duas ou três, já sai "ralinho", e o plantio para refazer esta lavoura de novo custa caro, então nós sempre... E dependendo do solo nós temos a compactação do solo mecanizado, temos muito disto aí. Então vai ter, sempre vai ter, problema é arranjar gente para trabalhar, este é o problema nosso ultimamente, porque até pro café está difícil conseguir, então esta é a dificuldade. Então é que tem gente saindo daqui para trabalhar nas lavouras de laranja no Estado de São Paulo, porque lá não encontram gente para trabalhar. E muita gente não quer mais saber do corte de cana, porque na laranja o serviço é mais leve, ganha mais também, o único problema é o deslocamento, é uma hora e meia ou duas para chegar até lá e mais duas para voltar, são quatro horas, este é o problema, se não fosse isto o pessoal não queria mais saber do corte de cana não (A.S.).

Em conversas com trabalhadores rurais, dizem o contrário, que o trabalho na lavoura de laranja é mais cansativo: carregar escadas e sacos de laranja, não tem descansos, conforme é determinado por lei para o corte de cana, ainda continuam no salário baixo por produção e, muitas vezes, trabalham sem registro já que a precariedade da condição de vida acaba sendo impossível recorrer aos seus direitos trabalhistas em outro Estado. Por outro lado, há uma verdade em sua fala quanto a falta de mão de obra para a atividade, seja na colheita de laranja, seja no corte de cana, isto envolve questões complexas que não serão tratadas nesta dissertação, mas pode ser compreendido em um estudo sobre a "nova classe trabalhadora" (SOUZA, 2009; 2012; SINGER, 2012; POCHMANN, 2012; NERI, 2010), que, uns dos fatores, "*procuram melhorias na cidade, melhoria de salário*" (P.S.). Deixando de ser a mecanização como o principal determinante para o fim da atividade.

A nossa preocupação é profissionalizar esta mão de obra, o governo não tem interesse nenhum, infelizmente o governo largou em nossas mãos. E as empresas têm consciência sim, porque as próprias empresas, estou falando das grandes empresas que é a Usina Jacarezinho e a Dacalda, que nem mecânico de implemento agrícola não se acha, então eles estão treinando os próprios cortadores de cana para trabalhar nesta área e os filhos deles para trabalhar nesta área (A.S.).

Isto não é realizado pela Dacalda, pois todos os cortadores de cana da usina não residem em Jacarezinho, assim não é possível serem contratados pela falta de condução até o local de trabalho. No início deste ano, foi publicado uma notícia no jornal Tribuna do Vale (DAMÁSIO, 2013), sobre esta qualificação, é apenas um único caso que a Dacalda está

arcando com seus gastos de transporte, de Santo Antonio para a usina, situação esta utilizada para amenizar as notícias sobre o desemprego do restante dos trabalhadores.

Inclusive refrigeração que você pega este caminhões modernos que tem agora, todos eles tem ar-condicionado dentro, você não consegue achar gente para mexer nisto daí, as próprias empresas estão em treinamento para este pessoal, é uma opção para o cortador de cana (A.S.).

Na Dacalda os únicos cursos para os cortadores de cana são: Corte de cana motivacional, Corte de cana básico e Corte de cana avançado em parceria com o Senar.

Por isso nós fizemos esta escola de informática, para o pessoal entender de informática, porque hoje tudo é informatizado, assim o pessoal tem uma noção de como é que mexe com equipamento eletrônico (A.S.).

Intromissão de P.S. na entrevista com A.S.: aqui trabalhamos na parte jurídica, assistencialismo (conforme já foi dito, o trabalhador é conveniado, ele paga pelo convênio), o assistencialismo do governo... vai nos postos de saúde para você ver como funciona, vem na parte da manhã para você ver como é (o sindicato possui um ambulatório) (P.S.)

Quanto às ações realizadas pelo sindicato junto com o governo municipal, estadual ou federal em realizar ações de políticas públicas para amenizar as dificuldades enfrentadas pelo trabalhador rural com o fim de sua atividade, mostra-se a inexistência de alguma luta na região, estas ações são transferidas para "as Federações que depois repassam para o sindicato. O sindicato de Jacarezinho é representado pelo Fetaep"⁸. A respeito da Resolução SEMA N° 076, que põe fim a queimada, o sindicato é contra (não poderia ser outra a decisão) "a favor que se mantenha no campo. Tem que ter queima" (P.S.).

Como somos a parte, a ponta mais fraca, temos que aceitar e criar soluções, porque questão ambiental isto é óbvio, tinha que parar de queimar a cana. E cortar cana sem queimar é realmente complicado, muito risco para o trabalhador e para a empresa também não compensa economicamente. Que uma cana queimada o cortador deslancha, corta rapidinho 7, 8, 10 toneladas por dia, um cortador médio, na cana (sem queimar) não chega nem 1/3 disto daí. É risco com animal peçonhento, cobra, vespas, abelhas, é complicado. E corte também, vai ter que ter mais equipamento, pois a folha da cana tem um mineral que é como uma lâmina, corta. Por isso tem que entender por que a queima da cana (A.S.).

Nestas duas falas encontramos divergências dentro do próprio sindicato, o presidente é a favor da queimada, o advogado é contra, ora nem o próprio sindicato sabe responder questões sobre a totalidade do fenômeno e ter uma conclusão sobre o assunto. Como Gramsci (1977) aponta:

⁸ Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná.

A teoria sindicalista faliu completamente na experiência concretas das revoluções proletárias. Os sindicatos demonstraram a sua orgânica incapacidade para encarnar a ditadura proletária. O desenvolvimento normal do sindicato é assinalado por uma linha de decadência do espírito revolucionário das massas: aumenta a força material, enfraquece ou esgota completamente o espírito de conquista, fragmenta-se o impulso vital, à intransigência heróica sucede a prática do oportunismo, a prática "do pão e da manteiga" (p. 59).

Mesmo com esta política "do pão e da manteiga", o sindicato reconhece a penosidade de um trabalhado rural e o se êxodo dos canaviais.

Não é mecanização, eu não vejo, nós não vemos que é a mecanização, mesmo porque nós temos que criar a mecanização para o trabalho rural, por quê? Porque demanda esforço, há estudos que comprovam que o esforço do cortador de cana é quase que como o esforço de um maratonista pra correr a maratona de 42 km, então na prática o cortador que corta cana faz uma maratona por dia que ele corre, o desgaste físico é muito grande. É por isso que os filhos não querem mais saber da profissão do pai (A.S.).

Sabendo, mas sem fazer nada, decorrente de uma cultura que tem sua gênese dentro do sistema neoliberal, não conhecendo uma história de lutas e reivindicações, como Alves (2000, p. 111) "homens e mulheres sem consciência do passado não podem construir o futuro", mesmo em uma pequena cidade no Norte Pioneiro do Paraná, sendo assim, cabe ao sindicato de Jacarezinho "*seguir as convenções coletivas do trabalho. Já está "escrito" na cartilha, só seguir" (P.S.)*, mesmo porque "*o bom relacionamento vem pelas confederações" (P.S.)*. Perante este direcionamento as determinações da Fetaep e suas convenções não se consideram a realidade regional de Jacarezinho e o Norte Pioneiro, na qual aponta o Ministério do Trabalho e Emprego através do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, que o número de trabalhadores rurais da cultura da cana de açúcar está em declínio (conforme visto no capítulo anterior). Enquanto que em 2007 foram contratados 11370 empregados, em 2012 foram 3429, sem contar os trabalhadores irregulares. Para o sindicato, não se trata de um êxodo da atividade rural para o urbano (prestação de serviços, trabalho industrial, construção civil, etc), o fundamento restringe na falta de mão de obra para recompor (manutenção e conservação) o quadro de trabalhadores rurais.

Não é êxodo, que nem eu falei... que nem, você pode constatar, quem está na lavoura de cana: homens são os mais velhos, mulheres geralmente com filho, porque precisam, não acham, último recurso que tem e pessoal de idade no corte de cana que gostam, pegam afinidade. Mas os jovens não querem mais saber do corte de cana de jeito nenhum (A.S.).

Mesmo porque,

O cara que corta cana não colhe café, o que colhe café não corta cana, o que colhe laranja não corta cana nem colhe café, então ele não sabe, tem gente que sabe abanar café, mas não sabe colher laranja e o que sabe colher laranja não sabe abanar café (P.S.).

Isto quer dizer que trabalhador rural só sabe fazer aquilo, não existe outra possibilidade, não existe outra saída, se nasceu envolvido no corte irá morrer na mesma. Controverso já que o próprio presidente do sindicato foi um trabalhador rural, "*o exemplo que sempre dou é o P.S. (presidente do sindicato). O P.S. cortava cana, colhia café, até pouco tempo atrás (28 anos) ele era funcionário da Fazenda Flora, cuidava da parte da cana*" (A.S.), pois para sobreviver: "*de tudo a gente fazia um pouco (P.S.)*". Ao relembrar a própria história, os fatos servem para mostrar uma vida dura, árdua e, ao mesmo tempo, heroica, de sucesso, levada para o outro que mantêm a sobrevivência do sindicato acaba sendo um fracasso, pois "*ele não sabe*" (P.S.). Consequentemente, estas dificuldades enfrentadas no campo são transpostas para os filhos, estes que sucedem a rede de conservação do trabalho precário.

Então, como o pessoal vem tudo morar nas periferias da cidade... e quando você morava no campo, as crianças com oito, nove anos de idade já começava a cuidar da criação de galinha, criação de pequenos animais, plantava uma "hortinha", sempre tinha coisa para fazer, na cidade o pessoal é proibido de trabalhar na zona rural antes dos 18 anos, então é onde o pessoal fica em casa e depois de 18 anos quem vai querer saber de zona rural, ninguém vai querer saber. Há esse declive também pela mecanização, mas eu acredito mais que o jovem não quer mais saber de zona rural, a gente constata isto daí (P.S.).

Esta saída do homem que trabalha no campo⁹, referente a novas possibilidades na cidade, faz enfraquecer cada vez mais o sindicato dos trabalhadores rurais, pendendo adesão ou conveniência destes que um dia já fizeram parte (de alguma forma) do sindicato. Isto porque, não existe uma política para o campo, pelo contrário, as novas possibilidades nas cidades fomentadas por políticas de microcrédito e de benefícios contribuem para este êxodo rural, como é o caso dos programas de habitação que, de acordo com Batista (2013) fazem a construção civil ser a principal opção para o trabalhador que sai do campo. Visto isto, para o sindicato a construção civil não interfere na estrutura dos trabalhadores rurais, mesmo porque

⁹ Diferenciando do "homem do campo", este que morava na zona rural já deixou o campo a muitos anos, decorrentes também de uma economia neoliberal que deu abertura a empresas estrangeiras no Brasil desde a década de 70.

a cidade não possui grandes centros habitacionais que demandam muitos trabalhadores, para eles:

Pois é, para nós aqui a construção civil é irrelevante, que é muito pouco, a gente tem conhecimento aqui que o pessoal vai para servente de pedreiro, os acidentes que acontecem aqui são pequenos, não é o que acontece nos grandes centros que nos prédios de lá, o pessoal despenca morre. O que a gente sabe é que o trabalhador rural vem para servente de pedreiro, constrói casa, cada um tem sua casinha (P.S.).

Neste caso, a construção civil não deveria ser irrelevante já que servente de pedreiro faz parte desta categoria, quanto à possibilidade de construir sua casa, isto é decorrente das várias políticas de estado que contribuem para este investimento (SOUZA, 2012). Retomando a situação do sindicato para o futuro, com este declínio de sócios e de conveniados, cabe ao sindicato "fechar as portas" (P.S.), ou esperar por um milagre divino, "vamos pedir a Deus, primeiramente, protegido e bem amparado" (P.S.). Em um primeiro momento a resposta foi imediata que fecharia as portas, mas depois solicitou que não colocasse esta resposta, e sim, em referência a Deus que não irá ser aprovado a resolução.

Estamos sempre procurando alternativas (risos), não podemos ficar parados, sempre procurando alternativas: convênio médico, hospitalar com as empresas é uma delas. As empresas irão precisar de operador de máquina agrícola que faz parte da nossa categoria, motorista que também faz parte da categoria. Temos que sobreviver de um jeito ou de outro (A.S.).

É conversas, sempre tem o pessoal aqui no sindicato, orientando da melhor maneira possível, questão de higiene, questão de saúde, dar uma vida melhor para o trabalhador (A.S.).

Percebe-se que as ações do sindicato possuem muito vínculo com o "assistencialismo" a saúde do trabalhador, esquecendo do projeto inicial do sindicato de um "espírito revolucionário", sendo que a sobrevivência acaba sendo o principal fator de ações (acordos), para isto, o melhor parceiro é a organização. O sindicato pelego em outros tempos, não faz alianças com o Estado, mas sim, com o seu antigo rival, a empresa.

Com as empresas nós temos um bom contato e sempre procuramos resolver o problema do trabalhador. Com o governo, sem contato algum, é difícil, o governo lança (a lei) e acabou. O governo vive uma realidade totalmente diferente com o que acontece aqui, tomam umas decisões lá sem avaliarem as consequências, e nós temos que procurar solução (A.S.).

Este acordo explica a crise na estrutura sindical brasileira, conforme Almeida (1996, p. 130) expõe, a estrutura sindical brasileira "tem as limitações de um sindicalismo que, sendo

de massas, organiza um contingente minoritário dos assalariados e que está assentado em uma estrutura organizativa em que o poder de comando é fragmentado e centrífugo". Tendo uma estrutura organizativa, sua mentalidade passa a ser como de uma organização que tem por objetivo principal obter lucros e resistir a um mercado competitivo e selvagem, nem que para isto encontre novos "mercados".

Eu acredito que logo, logo teremos a laranja em nossa região, porque em Uraí abriu uma fábrica de suco de laranja. Se percorrer por aí, você vai encontrar pequenos sítios abandonados e tem que fazer terra produzir, sempre vai ter alternativas. Gado, o gado, é complicado, realmente expulsa o trabalhador, coloca 1 trabalhador para cuidar de 1000 cabeças de gado, isto sim espanta o trabalhador. Mas nós temos aqui o abacate que precisa do trabalhador, banana tem que ter mão de obra, não tem como mecanizar, o próprio café que estamos tendo agora, com o aprimoramento dos grãos, tem que ser colhido manualmente. Granjas de frango nós temos várias, que necessita de mão de obra (A.S.).

Estes novos mercados não colocam o sindicato como "revolucionário", mesmo porque a precariedade do trabalho rural irá continuar na projeção em outras atividades, como a colheita de laranja e nas granjas de frango. Da mesma forma, o sindicato como organização possui suas preferências partidárias, não em prol do trabalhador, mas sim em prol do mercado e das organizações.

A reforma agrária é em grandes fazendas, como nós tivemos aqui a Fazenda Laranjal que tem dois grandes assentamentos, não temos contato com o pessoal, porque eles vêm de fora, do sudoeste. Na época a prefeita Tina Tonetti (2005 - 2012), do PT (tom de ironia), trouxe este pessoal pra cá, e hoje está lá abandonados, o governo o abandonou lá, muitos já foram embora, muitos que conseguiram os lotes já venderam e foram embora (A.S.).

Neste tom, temos a crise da estrutura sindical, bem como, uma crise ideológica da gênese sindical que, acima de tudo, tem o trabalhador rural como causa principal de suas "lutas revolucionárias", dando forma um "sindicalismo de resultados". Conforme cita Giovanni Alves:

Essa cegueira analítica das determinações ontológico-históricas do processo de constituição da subjetividade operária é que impede a perspectiva politicista de apreender os nexos essenciais da crise do sindicalismo em nossos dias, que se caracteriza não apenas pelo surgimento do sindicalismo de participação de cariz neocorporativo, como temos procurado salientar, mas pelo enfraquecimento estrutural da eficácia política da prática sindical "obreirista" de confronto com o capital no campo da produção, diante de um novo (e precário) mundo do trabalho (ALVES, 2000, p. 120).

Com isto, o trabalhador deve buscar formas de sobreviver as suas próprias custas em um sistema neoliberal, onde o Estado é mínimo para o trabalhador, enquanto que para a sobrevivência do sistema financeiro das grandes empresas o Estado oferece inúmeros recursos financeiros a fim de salvar o sistema, visto nos empréstimos do BNDES na crise de 2008. Com isto, o sindicato que antes encontrava apoio do próprio trabalhador, hoje encontra este trabalhador capturado subjetivamente por um sistema pautado em um "toyotismo sistêmico", tornando o trabalho cada vez mais precário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta monografia, buscou mostrar ao leitor a atual conjuntura dos sindicatos dentro de um sistema econômico neoliberal, onde o Estado exerce um papel mínimo, já que o social é regido pelas práticas de um mercado livre, sem a participação e a intervenção do Estado.

Para isto foi necessário compreender o lugar assumido pelo ser social como singularidade dentro de um universo de manipulações de artimanhas para a captura da subjetividade não só pelo trabalho, como diz Alves (2000), mas sim uma captura subjetiva realizada pelo próprio sistema capitalista, na qual estão envolvidos neste universo todos os fenômenos e instâncias sociais. Com esta captura, a singularidade fica com as mãos algemadas frente às ideologias do sistema, criando uma penumbra que encobre a realidade concreta do ser.

Esta penumbra feita pelo capital do poderá ser superada quando os indivíduos sociais "desafiarem radicalmente a divisão estrutural e hierárquica do trabalho e sua dependência ao capital em todas as suas determinações" (MÉSZÁROS, 2011, p. 19), mas para isto a noção consciente sobre as pseudoconcretidades devem emergir, uma das formas desta noção consciente seria com a participação do Estado e das instituições sociais, como é o caso dos sindicatos que, ambas deveriam pensar nas condições que se encontram os sujeitos sociais, dentro ou fora do mundo do trabalho.

Entretanto, o que se pode tirar como conclusão desta pesquisa é o inverso. A submissão de todos os órgãos e instituições ao sistema capitalista, sem importar com as questões dos indivíduos sociais, com a ecologia, nas relações sociais, entre outras, para sim, pensar apenas em medidas políticas para o desenvolvimento financeiro das empresas e das próprias instituições.

Neste caso, temos o sindicato dos trabalhadores rurais que tem sua gênese pautada em lutas e em movimentos em prol dos trabalhadores rurais ou de qualquer outro que queira ter sua vida dedicada ao campo. Contudo, as mudanças do cenário político-econômico no mundo e no Brasil, acabam por criar ideologias e mecanismos legais que legitimam a individualização e o espírito competitivo entre os sujeitos. Da mesma forma que este espírito competitivo acaba interferindo nos ideais de lutas dos sindicatos das várias classes, sem ter como foco o próprio trabalhador, mas a sobrevivência das instituições neste mundo econômico.

Percebemos um sindicato que não está envolvido com as causas trabalhistas, como diz Giovanni Alves (2000), temos um "sindicato-organização" que tem seu funcionamento pautado nos mecanismos organizacionais de resultados: números de associados, números de conveniados, valores obtidos, valores de acordos, etc. O "sindicato-organização" não faz mais reivindicações, manifestações, greves, seu papel atual é de um mediador entre empresa-legislação através de acordos coletivos e parcerias com as empresas.

Com isto, tem-se um enfraquecimento da classe trabalhadora que, atualmente, está dividida conforme as funções trabalhistas: sindicato dos bancários, sindicato dos metalúrgicos, sindicato dos trabalhadores rurais, sindicato dos professores, entre outros, deixando de ter uma representatividade e uma força como classe de trabalhadores.

Assim, fica as questões para pensar: o que será do trabalhador sem uma representação que lute pela dignidade humana dentro e fora do trabalho? Como serão as relações humanas dentro de um sistema econômico capitalista? E como devemos pensar em um Estado com políticas éticas para o indivíduo social? São questões que nos faz remeter na própria condição do ser inserido em um social de misérias, guerras, corrupção, entre outros substantivos para pensar no papel do pesquisador e do indivíduo em sua comunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. H. T. **Crise econômica e interesses organizados**. O sindicalismo no Brasil dos anos 80. São Paulo: Edusp, 1996.

ALVES, G. Do "novo sindicalismo" à "concertação social": ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Revista de sociologia e política**, n. 15, nov., 2000.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo : Boitempo, 1999.

BATISTA, F. [2013]. **Construção civil se torna principal opção para trabalhador**. Valor Econômico. Disponível em: www.udop.com.br/versao_impressao.php?cod=10

99701. Acessado em: 20 jul 2013.

BORGES, A. **Encruzilhada do sindicalismo**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Brasília: 1988.

_____. **Lei nº 4.870, de 1 de dezembro de 1965**. Dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação, e dá outras providências. Brasília: 1965.

DAMÁSIO, Aline. [2013]. **Cortador troca o facão pelo volante**. Jornal Tribuna do Vale, a. XVII, n. 2350, p. 5. Santo Antonio da Platina - PR, 2013.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. **Neoliberalismo y sectores dominantes**. 2013.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. V. II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

IANNI, O. O declínio do Brasil-nação. **Estudos avançados**, v. 14, n. 40, 2000.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2011.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. Trad. Carlos Nelson Coutinho; Mário Duayer; Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. Trad. Nelson Schneider; Ivo Tonet; Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital: crítica da economia política**. V. I. São Paulo: Nova cultura, 1996.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo Cezar Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. **A crise estrutural do capital**. Trad. Francisco Raul Cornejo; et al. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011b.

NERI, M. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

POCHMANN, M. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

POGIBIN, G. G. **Memórias de metalúrgicos grevistas do ABC Paulista**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e do Trabalho. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

RODRIGUES-FILHO, L. F. **O (des) pertencer do trabalhador terceirizado em uma instituição de ensino**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Psicologia) Faculdades Integradas de Ourinhos – FIO/FEMM, Ourinhos, 2011.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, J. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe de trabalhadores? 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.